



destaques do mês

Saneamento tem só 6% de investimento privado no País e pode ter redução de PIS-Cofins

O Brasil precisa investir R\$ 17 bilhões ao ano até 2030 em redes de coleta e tratamento de esgoto para universalizar o acesso ao saneamento básico para sua população. A dificuldade é que, no País, apenas 6% do dinheiro que é empregado nesta área vêm do setor privado. No mês de outubro, empresas e entidades voltadas ao saneamento reuniram-se no seminário Saneamento Básico: Como Eliminar os Gargalos e Universalizar os Serviços, promovido pela CNI, em parceria com o Instituto Trata Brasil e a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) para debater formas de impulsionar a atividade e a participação de capital privado. Para Paulo Afonso, presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria, a ideia é aglutinar proposições e levar um leque de propostas ao Governo para criar uma política objetiva na área. Paulo Afonso afirmou a necessidade de uma melhor gestão e produtividade nas empresas, com maior participação do capital privado no processo e maior segurança jurídica. Ainda durante o seminário sobre Saneamento Básico foi abordada a redução de PIS-Cofins. As empresas de saneamento básico poderão pagar alíquotas menores do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) ou até serem isentas da cobrança, em troca de aumento de investimentos no setor. Para o presidente da CBIC, Paulo Safady Simão, a ideia é estabelecer metas de ganhos de eficiência - como redução dos desperdícios - e melhoria da gestão das empresas. As companhias que atingirem esses objetivos teriam redução ou até mesmo isenção de PIS-Cofins. A desoneração do PIS-Cofins para o setor permitiria aumento de 25% dos investimentos. (19.10.2012 – CDI)

Mudança de normas no setor elétrico ameaça investidores

A mudança de regras no setor elétrico brasileiro, promovida a partir da MP 579, está assustando os investidores, em especial os estrangeiros. O entendimento é de que a forma como as concessões estão sendo repactuadas deixa dúvidas sobre a capacidade das companhias, particularmente as geradoras, de honrar débitos de longo prazo. Há a preocupação em manter a capacidade de abastecimento do País. Para especialistas, a operação do sistema elétrico é cara e exige remuneração adequada. As oito empresas de energia que fazem parte do Ibovespa já acumulam perdas de R\$ 19 bilhões em pouco mais de dois meses. No ano, a perda chega a R\$ 29 bilhões. As ações do setor despencaram com a avaliação de que o valor das indenizações que estão para vencer e das novas tarifas é muito baixo e não é suficiente para garantir companhias rentáveis. Pela proposta, o Governo pagará indenizações num total de mais de R\$ 20 bilhões para

painel

■ EPE confirma Leilão A-5 para dezembro

O Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, confirmou para dezembro o leilão A-5. O leilão A-3, ou seja, para empreendimentos que deverão passar a fornecer energia dentro de três anos, seria outubro, mas foi adiado. Mais informações no site: www.epe.gov.br

■ Edital de licitação do trem-bala será publicado em novembro

O edital de licitação do Trem de Alta Velocidade (TAV) será publicado em 26 de novembro de acordo com o Balanço do PAC. O leilão deverá ocorrer em 29 de maio de 2013. Mais informações no site: www.pac.gov.br

geradoras e transmissoras de energia, cujos contratos venceriam até 2017, que renovarem seus contratos até 2042 cobrando tarifas menores. (12.11.2012 – Brasil Econômico)

Regras para local de construção de portos mudará

As empresas privadas não terão mais liberdade de construir portos onde quiserem. Essa é a principal medida definida pelo Governo para o pacote do setor portuário, que visa elevar a competitividade na área e será anunciado provavelmente em novembro. Hoje, para conseguir uma autorização para a instalação de um porto privado, a empresa apresenta requisição à Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq). Caso a companhia entregue toda a documentação exigida, a Agência não pode negar o pedido. A regra mudará. O Governo poderá negar a autorização do novo porto se considerar que o projeto não está apropriado ao planejamento estratégico do setor. O objetivo é evitar problemas como os verificados no Rio de Janeiro, onde a falta de planejamento criou superoferta de portos de minério de ferro. (24.10.2012 – Folha de S. Paulo)

Obras de transportes para Copa do Mundo recebem apenas 10% do previsto

De um total de R\$ 7,2 bilhões em investimentos previstos para obras de mobilidade urbana nas cidades que vão sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014, apenas R\$ 711 milhões, menos que 10%, foram liberados segundo balanço do Ministério das Cidades. Por enquanto, somente Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro e Curitiba começaram as obras e estão executando os recursos. Já nas cidades de Manaus, Brasília e Natal, não há previsão do início dos empreendimentos. Independentemente dos atrasos, para o Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, a Copa do Mundo de 2014, ao contrário do que muitos pensam, vai deixar legado na área de mobilidade urbana. Segundo ele, o Governo pretende dar prioridade aos trechos das obras que atendem diretamente aos jogos do mundial. Esse é o caso do monotrilho de Manaus. A expectativa do Ministro é de que essa obra esteja finalizada em junho de 2014. Para tentar contornar esse problema, a matriz de responsabilidade da Copa do Mundo deverá ser novamente revisada, dando prioridade ao trecho que atenderá o público que assistirá aos jogos da Copa. Um levantamento do Tribunal de Contas a União (TCU) sobre obras da Copa do Mundo mostra, no entanto, uma situação preocupante: não houve muita mudança em relação ao relatório de novembro de 2011, quando se temia que os atrasos na definição de projetos e no início das obras pudessem criar o risco de que os empreendimentos fossem realizados às pressas, “baseadas em projetos sem o devido amadurecimento quanto ao seu detalhamento técnico”. Considerando a situação das obras em julho deste ano, o documento destacou a existência de indícios de que alguns empreendimentos não ficarão prontos até o Certame. (13.11.2012 – Valor Econômico)

■ Dnit quer licitar R\$ 20 bilhões em obras rodoviárias neste ano

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), pretende publicar, até o final deste ano, editais de licitações que somarão R\$ 20 bilhões. Os contratos, com prazos de até cinco anos, serão definidos para a reforma e duplicação de até 37 mil km de estradas. Mais informações no site: www.transportes.gov.br

■ Concessão de rodovias começa com retorno de 5,5%

O Governo divulgou as tarifas máximas de pedágio para a BR-040 (Brasília-Juiz de Fora) e para a BR-116 (em todo o trecho de Minas Gerais). Os valores tomam como base uma taxa interna de retorno de 5,5% ao ano para ambas as concessões. Ao todo, serão oferecidos à iniciativa privada 7,5 mil km de rodovias federais, mas esses dois trechos já vinham sendo estudados e estão mais próximos de ir a leilão. Mais informações no site: www.transportes.gov.br

Passa em Comissão medida que muda PPPs

A Comissão Mista do Congresso Nacional encarregada de dar parecer à Medida Provisória 575, que muda a Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs), aprovou o parecer do relator, Senador Sérgio Souza (PMDB-PR), após acordo para incluir emendas. A expectativa dos parlamentares é que o projeto de conversão seja aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado ainda em novembro, antes do vencimento do prazo de validade da MP. Com a medida, será possível antecipar os aportes do Governo Federal para projetos de PPPs, facilitando o processo de contratação dessa modalidade. De acordo com o relator, a grande dificuldade é liberação do aporte só após a execução da obra e dos serviços. (14.11.2012 – Valor Econômico)

Ineficiência dos portos tira indústria da competição global

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) aponta a demora no desembarque de mercadorias nos portos como um dos principais fatores que retiram competitividade da indústria nacional. No Brasil, a média de demora é de 5,5 dias, cerca do dobro da média mundial (2,9 dias), segundo dados do Banco Mundial. Com medidas simples, como fazer os órgãos anuentes funcionarem 24 horas por dia – hoje eles cumprem horário comercial –, esse problema seria resolvido, diz o gerente de competitividade da Firjan, Cristiano Prado. (14.10.2012 – O Estado de São Paulo)

Aeroporto de Viracopos terá nova pista em 2013

Três meses depois de assinar o contrato de concessão, a sociedade que administra o aeroporto de Viracopos em Campinas já investiu quase R\$ 80 milhões em estudos para a expansão do empreendimento e em reformas no terminal existente. O próximo grande desembolso do grupo será a quantia de R\$ 50 milhões para a construção de uma nova pista - cuja construção começa ainda no mês que vem. João Santana, Presidente do Conselho de Administração da Aeroportos Brasil Viracopos, diz que a decisão pela obra foi feita depois do acidente com um avião da Centurion Cargo, que paralisou por 45 horas o aeroporto em outubro. Houve cancelamento de quase 500 voos e foram afetados 27 mil passageiros no episódio. A nova pista, que deve ser concluída em 6 meses, será auxiliar e deve ser usada em momentos de emergência. Como estará próxima à pista já existente, não deve encontrar entraves ambientais. (13.11.2012 - Valor Econômico)

Custo das eólicas cai 67% em três anos

Em três anos, a fatia da energia produzida com a força do vento na matriz nacional, que em 2009 era de 0,6% passou para 1,9% e o custo, que era superior a R\$ 300/MWh, caiu para cerca de R\$ 100/MWh. Até 2016, quando entram em operação todos os parques eólicos que participaram dos últimos leilões promovidos pelo Governo Federal, o País terá 8,4 mil MW de capacidade instalada - que representará investimentos da ordem de R\$ 25 bilhões. De acordo com o Plano Decenal de Energia, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a previsão é que a capacidade instalada dos parques eólicos atinja 16 mil MW em 2020. (04.11.2012 – O Estado de São Paulo)

Valec prevê atraso de até um ano em projetos de ferrovias

As ferrovias que serão concedidas para a iniciativa privada pelo Governo Federal devem ter licenças ambientais e projetos executivos realizados pelas empresas que saírem vencedoras das licitações. De acordo com o Presidente da Valec, Josias Cavalcante, essa obrigação fará com que os projetos demorem pelo menos um ano para começar a sair do papel, após a assinatura dos contratos, prevista para julho de 2013. Cavalcante afirma, no entanto, que os projetos não sofrerão atrasos semelhantes aos verificados atualmente nas ferrovias Norte-Sul e Oeste-Leste, executadas pela Valec. "São projetos mal concebidos, que tiveram problemas com licenciamento ambiental e desapropriação lenta", disse o executivo. O primeiro grupo de ferrovias concedidas pelo Governo Federal abrangerá um total de 2,6 mil km de extensão e os contratos serão assinados em julho de 2013, informou o Ministro dos Transportes, Paulo Passos. Com a necessidade de licenciamento ambiental e elaboração de projeto executivo, essas obras só começariam no segundo semestre de 2014. No caso da Ferroanel, o Governo do Estado se ofereceu para realizar o licenciamento ambiental e o projeto executivo antes da assinatura dos contratos para que a obra comece a ser executada já no segundo semestre de 2013. O segundo grupo de concessões é composto por seis trechos, que chegam a 7,4 mil km. Os estudos desse grupo serão concluídos em fevereiro de 2013. A licitação está prevista para junho e o contrato deve ser assinado em setembro do ano que vem. O programa de concessões prevê investimentos de R\$ 91 bilhões em 10 mil km de ferrovias. (09.11.2012 - Valor Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de outubro de 2012 até 31 de dezembro de 2016

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	866	4.714	1.323	2.302	4.039	13.243
Otimista	866	4.743	1.323	2.302	4.494	13.728

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	1.902	939	1.179	1.350	0	5.371
Otimista	1.947	1.339	1.721	1.601	650	7.259

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	907	2.195	108	540	0	3.749
Otimista	1.052	4.043	2.531	1.811	21	9.459

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	3.675	7.847	2.609	4.192	4.039	22.362
Otimista	3.865	10.125	5.575	5.714	5.165	30.445

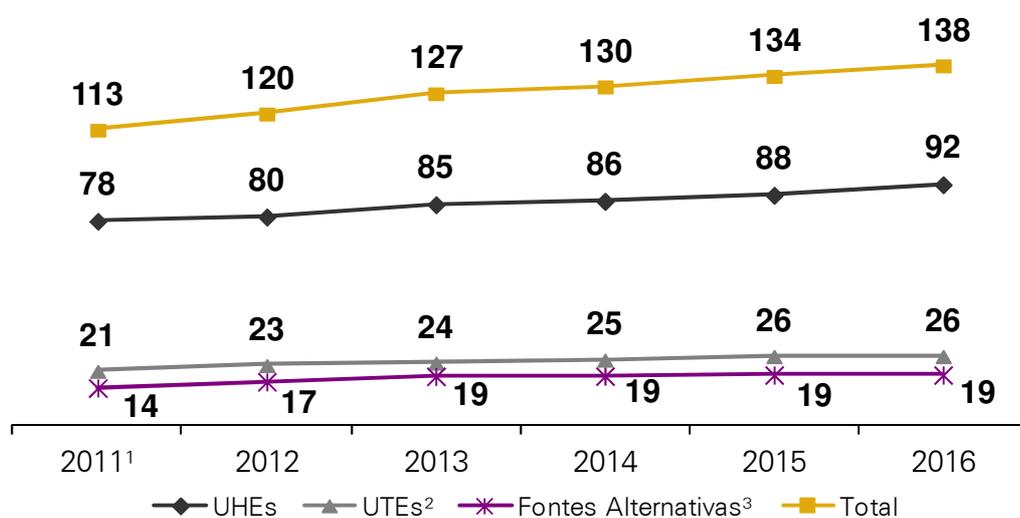
Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
 Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
 Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

*Inclui as participantes e as não-participantes do Programa Prioritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 3,7% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de outubro de 2012 e 31 de dezembro de 2016.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 30,4 mil MW no período 2012-2016. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 5,1% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

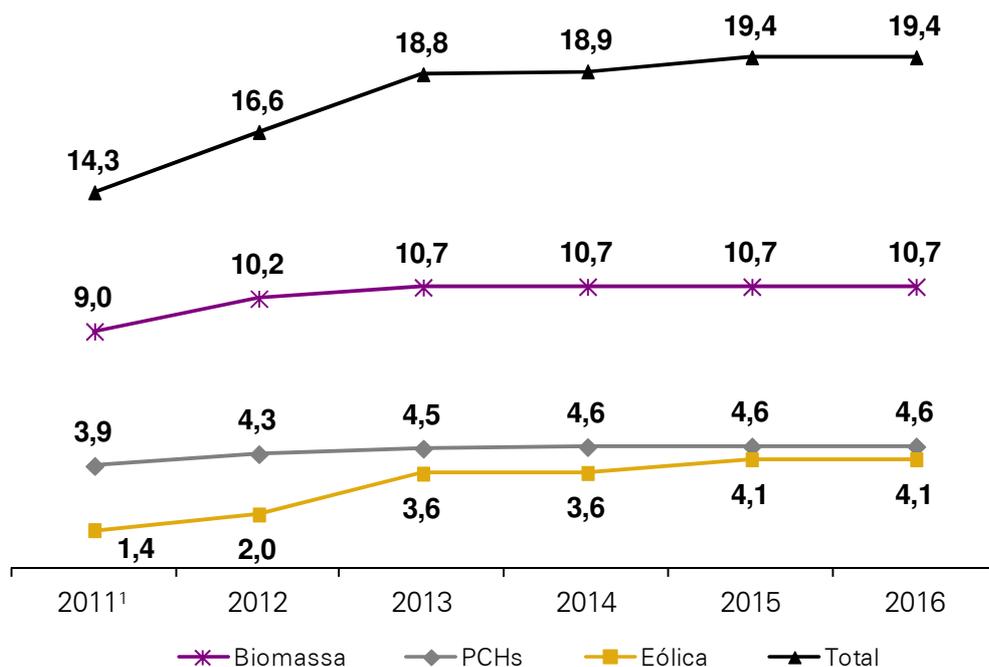
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2011.

Entre 2011 e 2016, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 18% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTEs), também no cenário conservador, deve ser de 28% no mesmo período.

Em dezembro de 2011, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2016 deverão representar 67%. A participação na capacidade total instalada das UTEs deve aumentar de 18% para 19%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve permanecer em 3% em 2016.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2016, passará de 1% para 3%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2012, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 5,5% e 1,5%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2016, Salto Curucaca (PR) apresenta restrição para a contratação de 30 MW, Baixo Iguaçu (PR) com 320 MW e São Roque (SC) com restrição de contratação de 135 MW. No cenário conservador, 13,2 mil MW devem entrar em operação até 2016.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 7,3 mil MW até 2016, apenas 5,4 mil MW (74%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio conta com sete unidades geradoras em operação comercial. As unidades 8, 9 e 10 estão em fase final de comissionamento, com previsão de geração até o final do ano de 2012. A expectativa da Santo Antônio Energia para o próximo ano é de contar com mais 14 Unidades Geradoras, totalizando 24 máquinas em geração até dezembro de 2013.

Com a entrada em operação do primeiro Back-to-Back da Subestação Coletora de Porto Velho, a partir deste mês, essas máquinas estarão conectadas no sistema de 500 kV, porém ainda haverá a alternativa de conexão ao Sistema Elétrico Regional Acre/Rondônia através da subestação provisória de 465 MVA. Como consequência, a geração térmica da Região está sendo gradativamente substituída por hidráulica. Porém, a conexão final ao sistema interligado nacional depende da implantação plena do Sistema de Transmissão do Madeira (HVDC), especialmente o 1º bipolo, isto é, da linha 600 kV em corrente contínua e das Subestações Conversoras de Porto Velho/RO e Araraquara/SP, cuja operação está prevista para o primeiro semestre de 2013. O início dos testes de comissionamento da usina de Jirau poderá ocorrer no primeiro trimestre de 2013. A hidrelétrica de Jirau será conectada à Subestação Coletora de Porto Velho através de três linhas de transmissão em 500 kV, já implantadas.

De agora em diante, o grande desafio que as concessionárias de geração e transmissão do Complexo do Madeira, o ONS e até a própria ANEEL enfrentarão será compatibilizar as interfaces entre os ensaios de comissionamento das diversas instalações e tecnologias envolvidas e a geração de energia das usinas hidrelétricas, associados à uma rede básica regional relativamente frágil, num contexto de demanda crescente e baixa acumulação nos reservatórios.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 445 MW de potência adicional até 2016. Já no cenário otimista, até 2016, devem entrar em operação 1,3 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW.

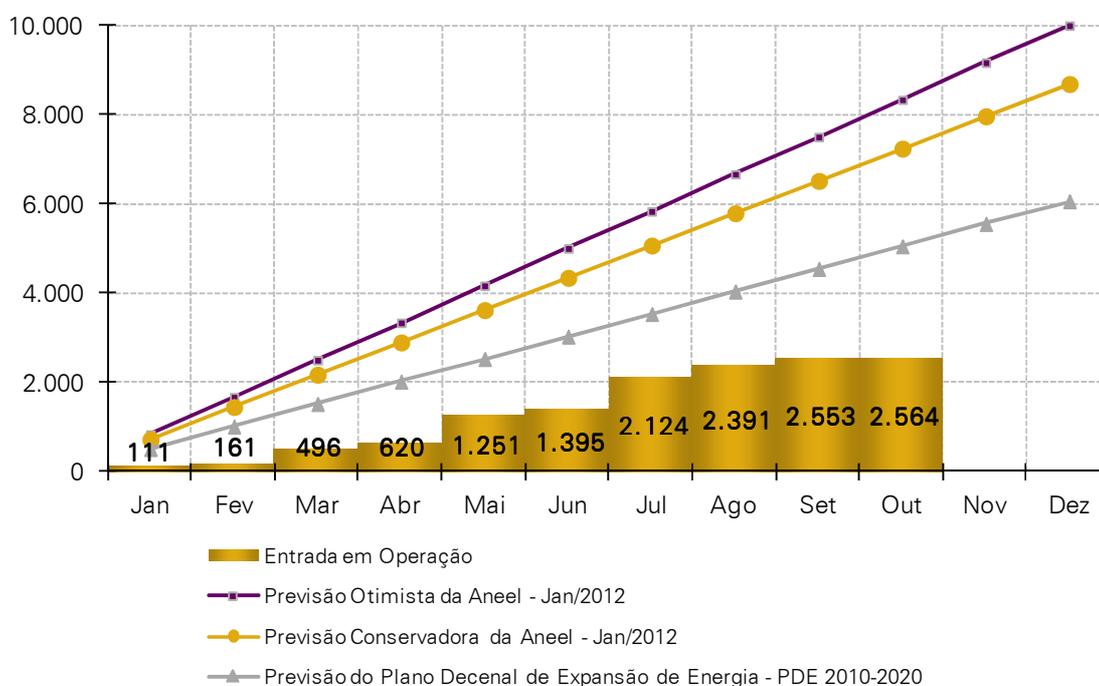
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 895 MW até 2016. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,7 mil MW para o mesmo período. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 2,4 MW no período. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 6,5 mil MW até 2016.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

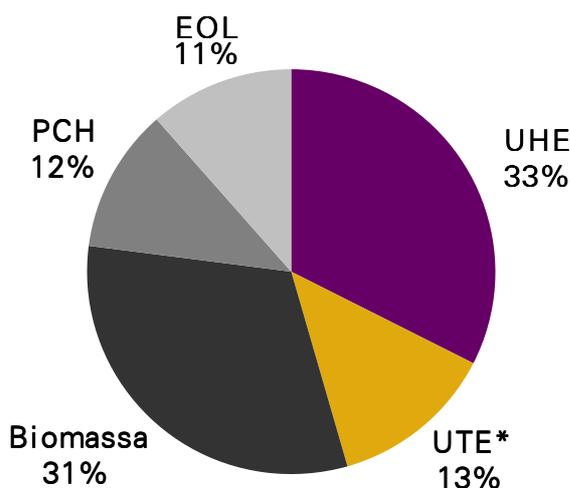
Expansão da Capacidade de Geração em 2012 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2012, até 15 de outubro, entraram em operação 2.564 MW. Desse total, as UTEs representaram 13% da potência total instalada. As UHEs representaram 33% da potência total instalada, no período, com a entrada em operação de 833 MW. As PCHs e EOLs representaram cada uma, respectivamente, 12% e 11% da capacidade instalada no período. As UTEs a biomassa representam 31% da potência instalada.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de outubro de 2012



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em agosto de 2012, 37.205 GWh, apresentando crescimento de 3% em relação a agosto de 2011. No acumulado do ano, o crescimento foi de 4%.

Em agosto de 2012, o consumo industrial de energia elétrica foi de 15.634 GWh, valor 1% inferior ao observado no mesmo mês de 2011.

Em agosto, a Região Norte fechou o consumo industrial em queda de 4,9%, principalmente por conta da menor produção dos setores de extração mineral e produção de alumínio, seguidas pelas Regiões Nordeste e Sudeste com quedas de, respectivamente, 3% e 2,6%.

As demais regiões apresentaram crescimento no consumo industrial em comparação com agosto de 2011. As Regiões Sul e Centro-Oeste expandiram o consumo, respectivamente, em 2,1% e 13,1%. O grande crescimento da Região Centro-Oeste ainda se deve ao efeito da entrada, ao longo de 2011, de importantes cargas no setor extrativo e metalúrgico em Goiás.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Agosto 2011	Agosto 2012	Var. %	Jan-Ago 2011	Jan-Ago 2012	Var. %
Residencial	9.233	9.616	4	74.365	77.685	4
Industrial	15.850	15.634	-1	121.415	122.293	1
Comercial	5.886	6.307	7	48.520	52.043	7
Outras	5.144	5.648	10	41.471	44.438	7
Total	36.113	37.205	3	285.771	296.459	4

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de agosto de 2012 foi de 64 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 2% inferior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi de 0,4% em comparação a 2011.

O grau API médio do petróleo produzido em agosto de 2012 foi de aproximadamente 23,9°, sendo que 9% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 57% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 34% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em agosto de 2012, foi de 64 milhões de bep. Esse volume foi 8% superior ao observado em agosto de 2011. No acumulado do ano, o crescimento foi de 5% em relação ao acumulado do ano anterior.

De acordo com a ANP, em agosto de 2012, cerca de 91% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

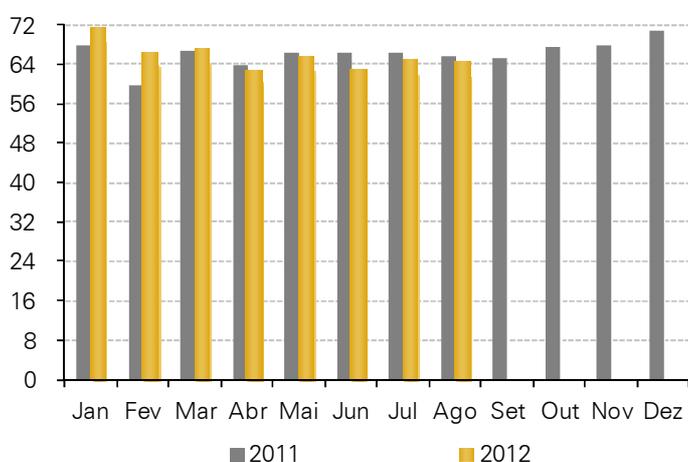
O volume de petróleo exportado pelo País, em agosto de 2012, foi de 26 milhões de bep, valor 8% superior ao exportado em agosto de 2011 e 71% superior em relação a julho de 2012. No acumulado do ano, esse volume foi 7% inferior em comparação ao mesmo período do ano anterior.

De acordo com a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a alta na exportação de petróleo em agosto de 2012 se deu, principalmente, pelo aumento da exportação brasileira de petróleo para os Estados Unidos, variação esta relacionada à decisão americana de privilegiar as importações brasileiras e reduzir a dependência de fornecimento do Oriente Médio.

O preço médio do petróleo importado pelo País, em agosto de 2012, foi de US\$ 108,77/barril, valor 9% inferior ao observado em agosto de 2011.

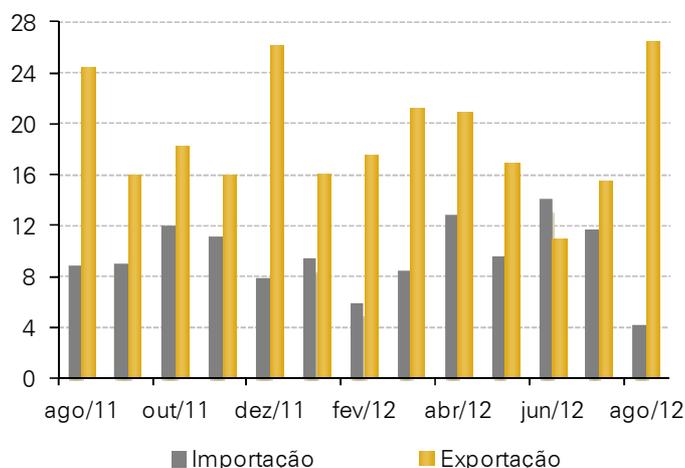
A Petrobrás informou que a suposta redução na importação de petróleo em agosto de 2012 se deu por uma nova norma da Receita Federal, editada em julho, que adiou o registro das vendas de petróleo ao mercado externo.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



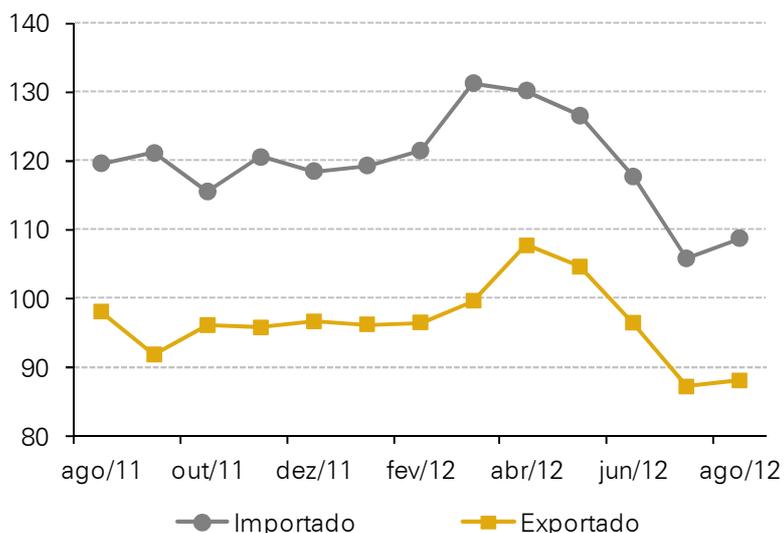
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

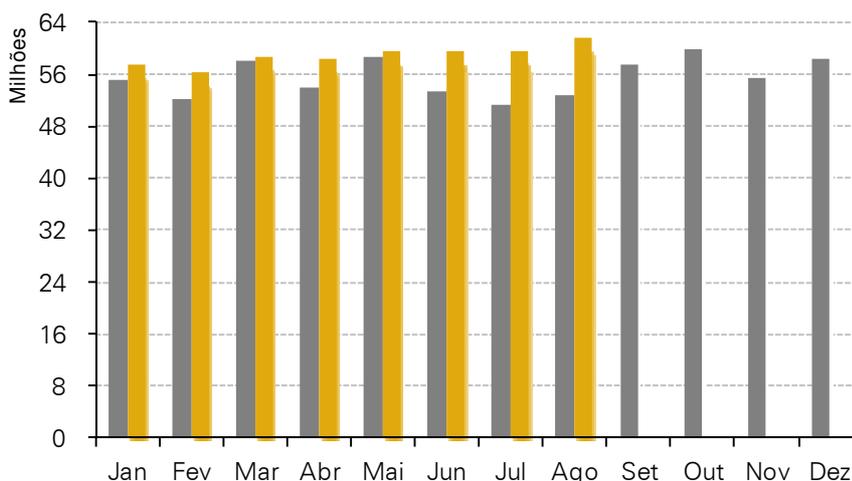


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

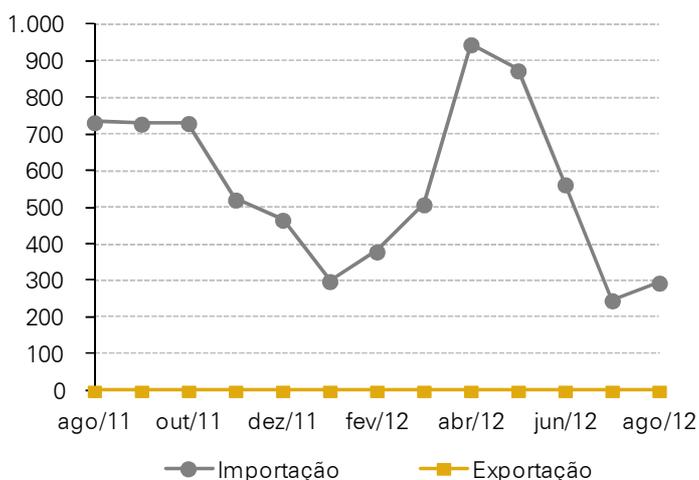
Em agosto de 2012, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 62 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³) apresentou valor 17% superior ao produzido em agosto de 2011. Até agosto de 2012, a produção no ano apresentou aumento de 8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



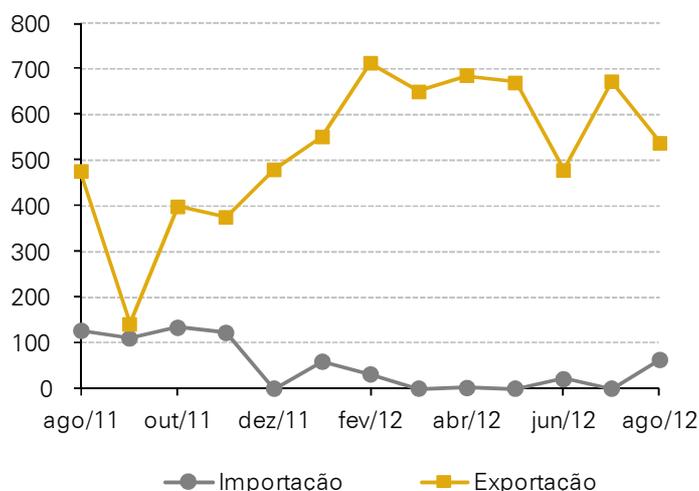
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

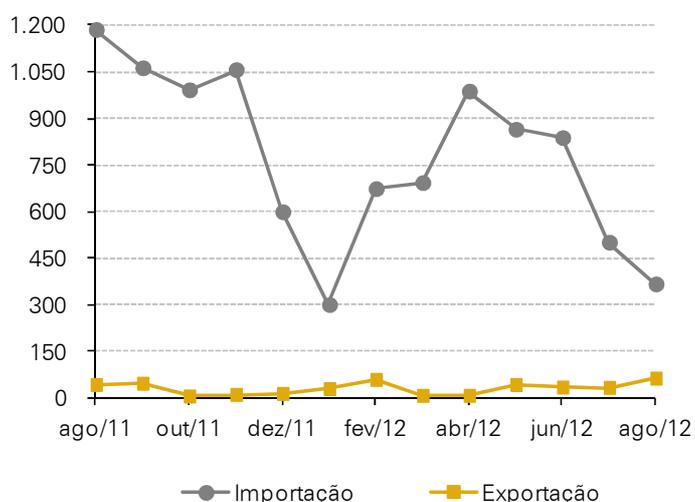


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em agosto de 2012, foi de 9 milhões bep, valor 54% inferior ao registrado em agosto do ano anterior. Até agosto, o volume de derivados importado no ano foi 3% inferior ao observado no mesmo período do ano anterior.

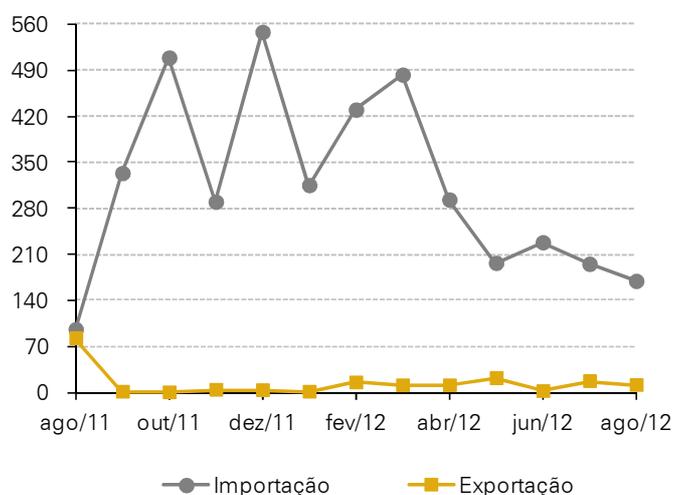
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em agosto de 2012, foi constatado um total de 7,8 milhões bep, o que representa um volume 7% inferior ao mesmo mês de 2011. No acumulado do ano, esse volume foi 5% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em agosto de 2012, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 49% na balança comercial de petróleo e derivados. No acumulado do ano, a dependência externa foi também negativa, no valor de 7%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	ago/2011	jan-ago/2011	ago/2012	jan-ago/2012
Produção de Petróleo (a)	66	524	64	526
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-16	-76	-22	-70
Imp. Líq. de Derivados (c)	11	43	1	36
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	61	490	43	492
Dependência Externa (e)=(d-a)	-5	-33	-21	-34
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-8	-7	-49	-7

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em agosto de 2012, apresentou saldo positivo de US\$ 1,8 bilhão FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 1,8 bilhão FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ 150 milhões FOB.

No acumulado do ano, a balança apresentou saldo positivo de US\$ 412 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	ago/11	jan-ago/2011	ago/12	jan-ago/2012
Petróleo				
Receita com exportação (a)	2.397	14.525	2.334	14.143
Dispêndio com importação (b)	1.055	9.385	460	9.207
Balança Comercial (c)=(a-b)	1.342	5.140	1.874	4.936
Derivados				
Receita com exportação (d)	964	6.706	810	7.439
Dispêndio com importação (e)	2.156	11.637	853	11.964
Balança Comercial (f)=(d-e)	-1.192	-4.931	-42	-4.525
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	3.360	21.231	3.145	21.583
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	3.211	21.022	1.312	21.171
Balança Total (i)=(g)-(h)	150	209	1.832	412

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

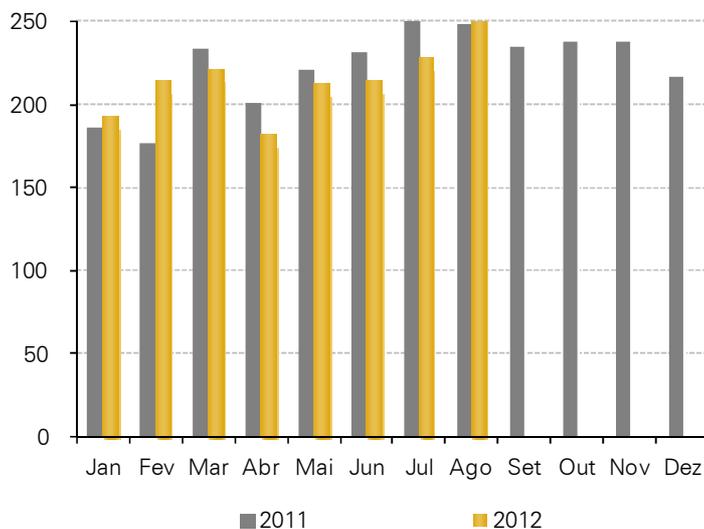
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em agosto de 2012, foi de 258 mil m³, montante 4% superior ao produzido em agosto de 2011. No acumulado do ano, a produção foi 1% inferior.

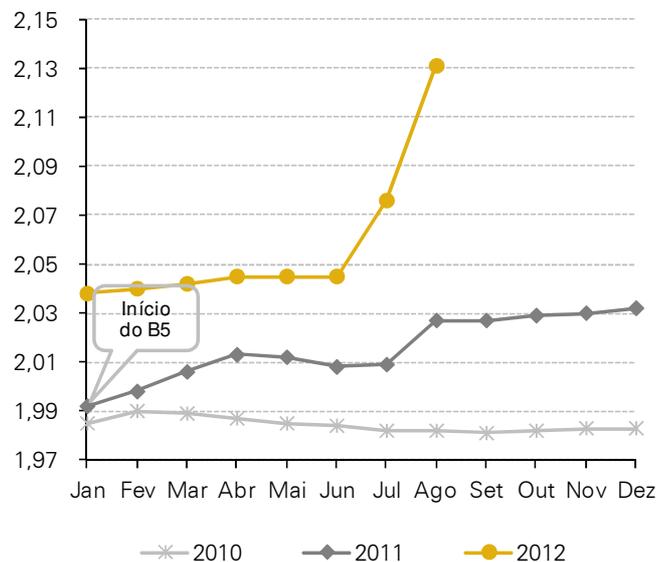
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em agosto de 2012, foi de R\$ 2,13/ ℓ, valor 5,1% superior observado em agosto de 2011.

**Produção de Biodiesel
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)***



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2012/2013 produziu, até o dia 1º de agosto de 2012, 8.465 mil m³ de álcool, sendo 5.404 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (64%). Em relação ao mesmo período da safra 2011/2012, houve uma diminuição de 19% na produção de álcool hidratado.

A produção total de álcool foi 19% inferior em relação à safra anterior, com grandes quedas tanto na produção do álcool hidratado quanto do álcool anidro.

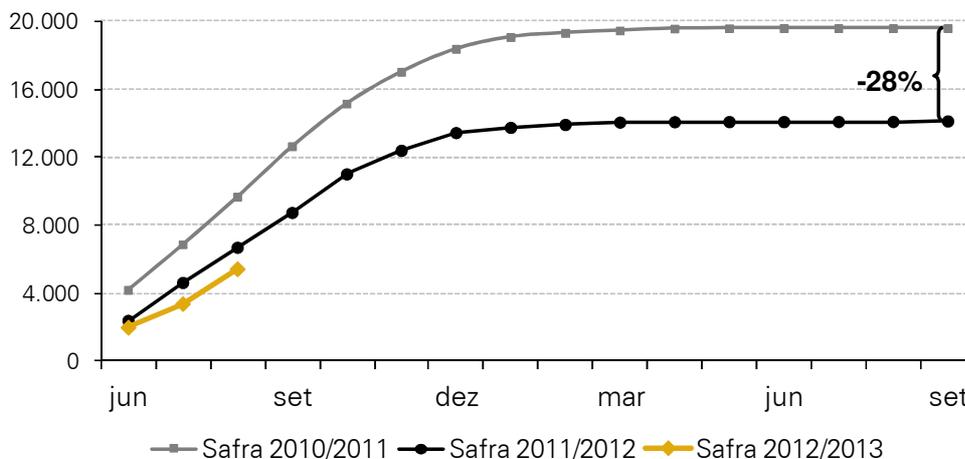
A produção de açúcar também apresentou queda. Até 1º de agosto de 2012, produziu-se 12.356 mil ton de açúcar, volume 15% inferior ao observado no mesmo período da safra 2011/2012.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2011/2012 (até 1º de agosto de 2011)	Safra 2012/2013 (até 1º de agosto de 2012)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	3.783	3.061	-19
Álcool Hidratado (mil m ³)	6.678	5.404	-19
Total Álcool (mil m³)	10.461	8.465	-19
Açúcar (mil ton)	14.571	12.356	-15

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



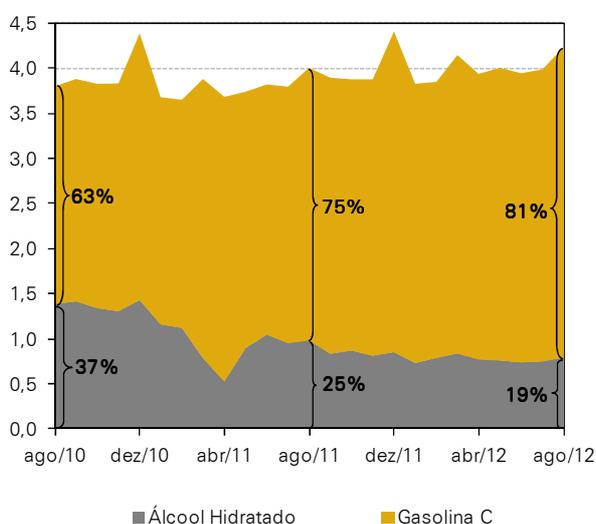
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 798 mil m³ em agosto de 2012. Esse número representa uma diminuição de 19% em relação a agosto de 2011. No acumulado do ano, as vendas foram 17% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

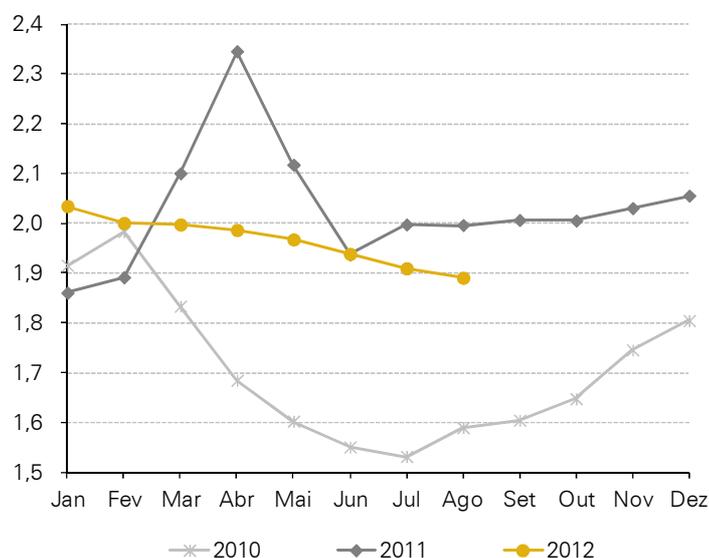
Em agosto de 2012, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 1,89/ℓ, valor 5% inferior ao registrado em agosto de 2011.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



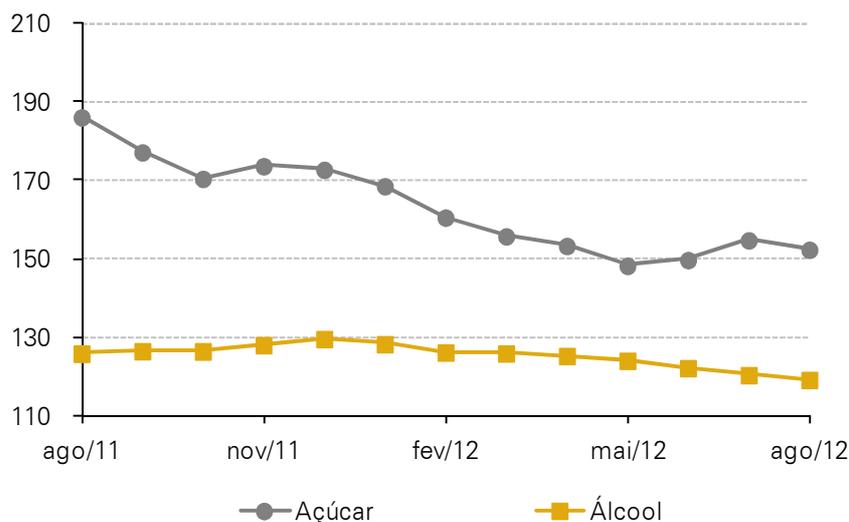
¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em agosto de 2012, foi de 71.447 mil m³, representando um aumento de 7% comparado à média verificada em agosto de 2011. No acumulado do ano, esse valor foi 6% superior ao apresentado no mesmo período de 2011.

A importação de gás natural realizada pelo País em agosto de 2012 foi de 23.140 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 70.686 mil m³/dia. Este montante é 2,1% inferior ao observado em agosto de 2011. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 14% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 33% em agosto de 2012. Em agosto de 2011, essa proporção havia sido de 38%.

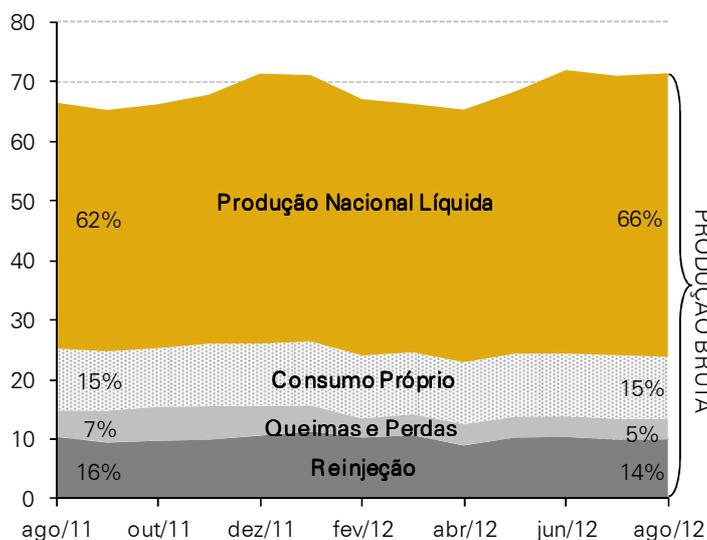
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em ago/2011	Média do período jan-ago/2011	Média em ago/2012	Média do período jan-ago/2012
Produção Nacional¹	66.522	65.048	71.447	69.074
- Reinjeção	10.363	11.665	9.896	10.166
- Queimas e Perdas	4.539	4.450	3.586	3.678
- Consumo Próprio	10.402	10.120	10.418	10.555
= Produção Nac. Líquida	41.218	38.813	47.547	44.675
+ Importação	30.955	28.594	23.139	31.836
= Oferta	72.173	67.407	70.686	76.511

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

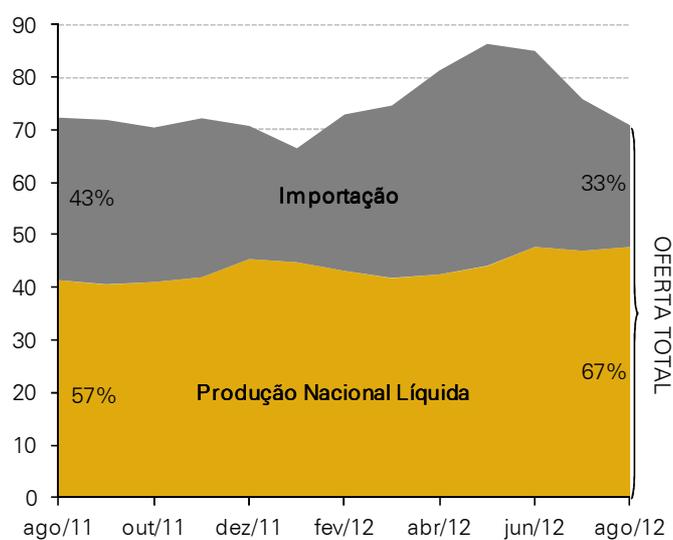
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em agosto de 2012 foi, em média, de 50 milhões de m³/dia. Essa média é 1% superior ao volume médio diário consumido em agosto de 2011. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 10% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	ago/12	jan-ago/2012	ago-2012/ ago-2011	Acumulado do Ano
Industrial	29.333	29.072	-2	-1
Automotivo	5.287	5.327	-2	0
Residencial	1.075	908	20	2
Comercial	757	688	10	4
Geração Elétrica	9.198	7.391	15	53
Co-geração*	2.851	2.997	-3	0
Outros	1.146	897	17	101
Total	49.646	47.280	1	9

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

O setor industrial, em agosto de 2012, consumiu 29 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa uma diminuição de 2% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 1% inferior em relação ao mesmo período de 2011.

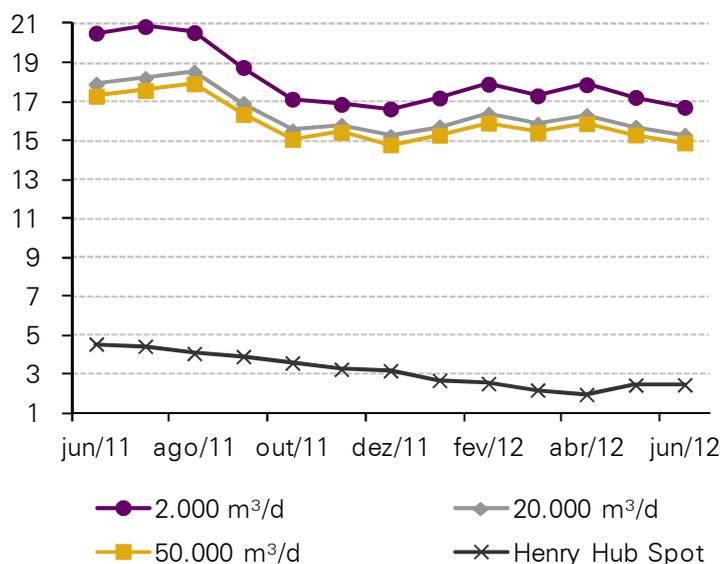
A indústria foi responsável por 60% do volume total de gás consumido em agosto de 2012. O setor foi seguido pela geração elétrica responsável por 19% do consumo de gás natural em agosto de 2012. No acumulado do ano, o despacho térmico cresceu 53%.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em junho de 2012, foi de US\$ 15,62/MMBtu, valor 16% inferior ao apresentado em junho de 2011 (US\$ 18,57/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em junho de 2012, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 2,45/MMBtu, valor 46% inferior ao apresentado em junho de 2011 (US\$ 4,54/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

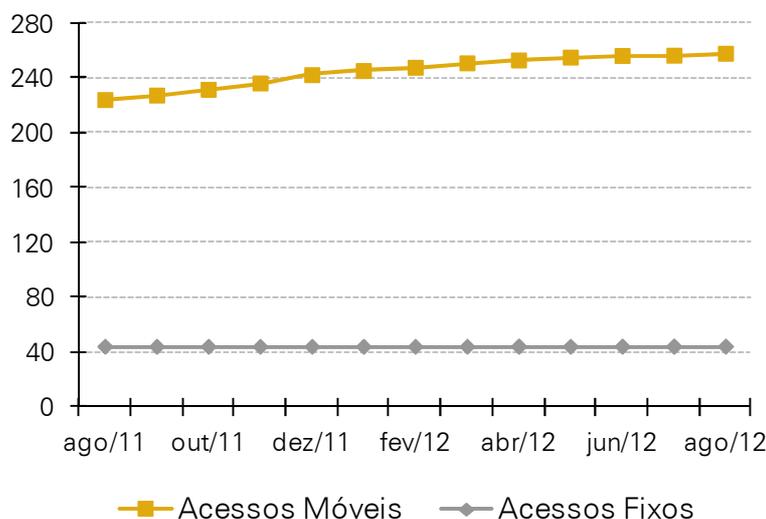
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em agosto de 2012, o número de acessos móveis em operação foi de 258 milhões, montante 15% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 1,2% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em agosto de 2012, o número de acessos fixos foi de 44,2 milhões, valor similar ao averiguado em agosto de 2011.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



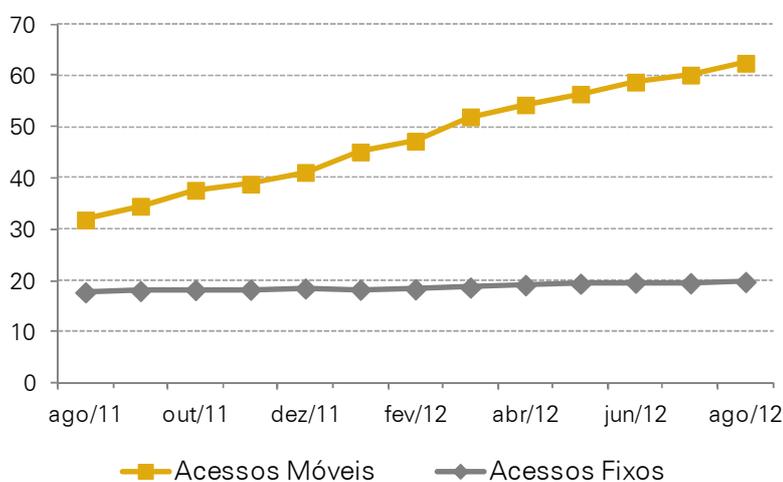
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em agosto de 2012 foi de 62 milhões. Montante 96% superior ao observado no mesmo período de 2011. Em relação a julho de 2012, os acessos de internet móvel foram 3,8% superiores.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo inferior ao observado nos acessos móveis. Houve no mês de agosto de 2012, um crescimento de 11% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a julho de 2012, os acessos à internet fixa foram 1,2% superiores.

Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel¹ e Fixa² (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

¹ WCDMA, M2M e Banda Larga Móvel

² Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

6. Transportes

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em junho de 2012, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve diminuição de 7%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 4% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em junho de 2012, foi 7% inferior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Em junho de 2012, os TUPs representaram 80% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 49.836 mil toneladas, volume 7% superior a junho de 2011. Os portos públicos movimentaram 12.486 mil toneladas em junho de 2012, volume 39% inferior ao mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em junho de 2012 foi de 559.429 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 18% inferior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

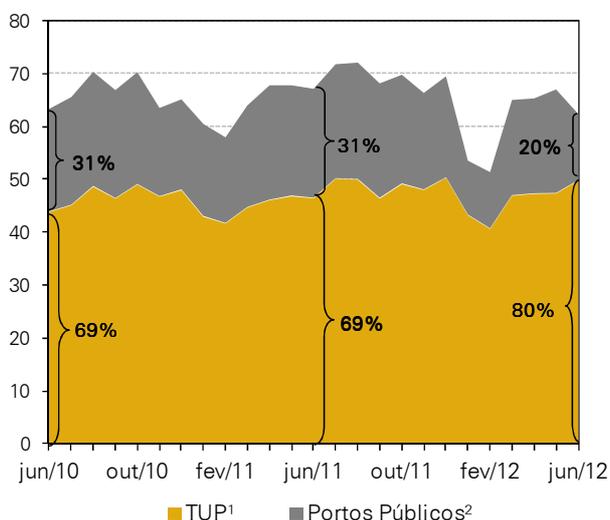
	Período		Varição %
	Jun/2011	Jun/2012	Jun-2012 / Jun-2011
Granel Sólido (a)	45.275	41.963	-7%
<i>Portos Públicos</i>	15.378	9.131	-41%
<i>TUPs</i>	29.898	32.832	10%
Granel Líquido (b)	17.775	17.072	-4%
<i>Portos Públicos</i>	3.498	2.571	-26%
<i>TUPs</i>	14.278	14.501	2%
Carga Geral Solta (c)	4.050	3.287	-19%
<i>Portos Públicos</i>	1.728	783	-55%
<i>TUPs</i>	2.322	2.503	8%
Total (a + b + c)	67.100	62.322	-7%
<i>Portos Públicos</i>	20.603	12.486	-39%
<i>TUPs</i>	46.497	49.836	7%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Cargas (milhões t)

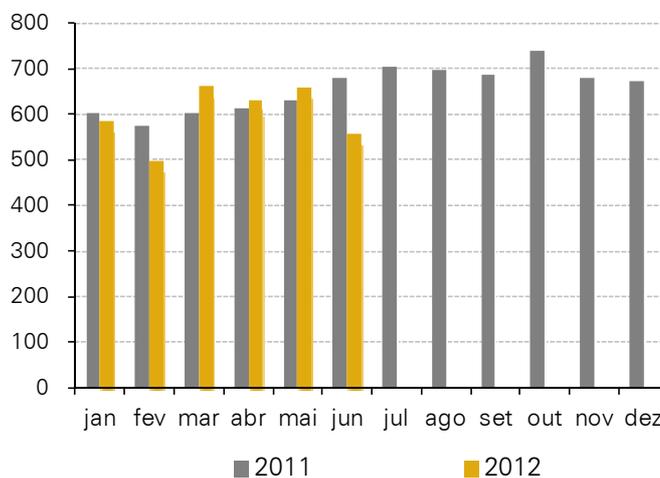


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

¹ Terminais de uso privativo (104 instalações)

² Portos públicos (33 instalações)

Movimentação Total de Contêineres* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

* Terminais de uso privativo (104 instalações)

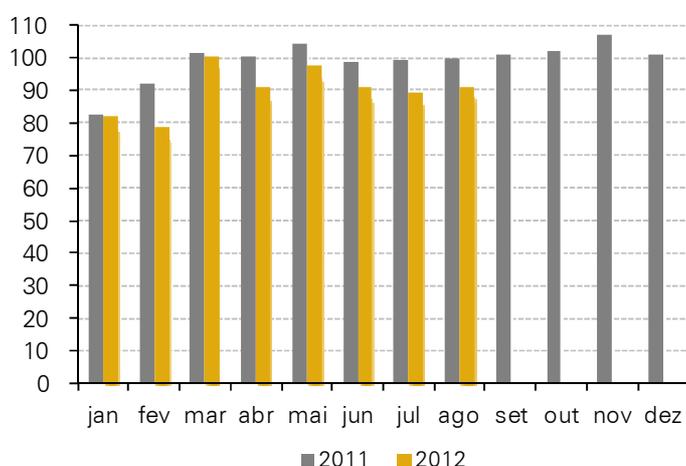
Portos públicos (33 instalações)

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Em agosto de 2012, 16,3 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 6% superior ao ocorrido no mesmo período de 2011. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

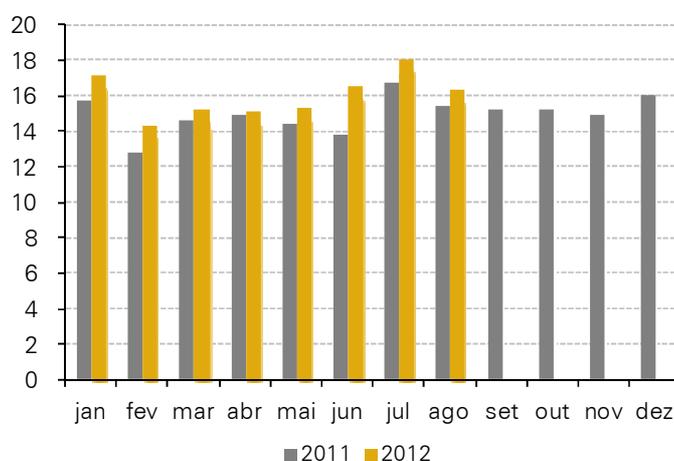
A movimentação de carga aérea total no País, em agosto de 2012, foi de 91 mil toneladas, montante 9% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação mensal de Cargas (mil toneladas)



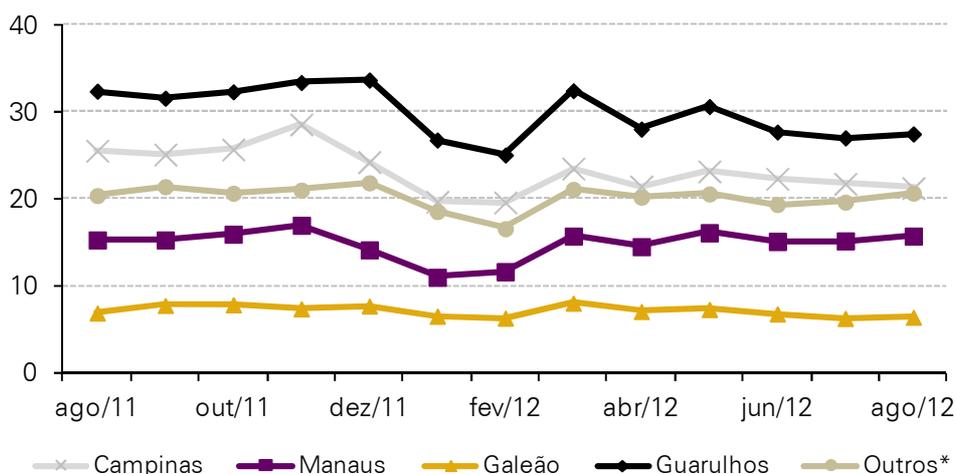
Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros (mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Carga Aérea nos Principais Aeroportos¹ (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

¹ Dados referente a carga movimentada na Rede de Terminais de Logística de Carga (TECA).

*30 demais aeroportos da rede TECA não mencionados

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Ago (mil)	Variação (%)	Agosto (mil)	Variação (%)
2003	46.665	-	6.104	-
2004	53.431	14	7.000	15
2005	62.611	17	8.211	17
2006	68.196	9	8.470	3
2007	72.537	6	8.233	-3
2008	76.570	6	9.002	9
2009	80.641	5	10.522	17
2010	99.466	23	13.729	30
2011	118.388	19	15.440	12
2012	128.091	8	16.341	6

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a agosto de 2012, foi de 301 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 2% superior ao mesmo período de 2011. Nesse período, a movimentação de carga geral não containerizada foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (102%). O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado em agosto de 2012.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Ago

Ano	2011	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Ago (mil TU)	Jan-Ago (mil TU)	
Minério de Ferro	223.372	227.790	2
Soja e Farelo de Soja	16.463	18.821	14
Indústria Siderúrgica	10.771	11.068	3
Produção Agrícola (exceto soja)	11.110	9.110	-18
Carvão/Coque	7.735	7.425	-4
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	6.461	6.531	1
Grãos Minerais	6.604	6.255	-5
Indústria Cimenteira e Construção Civil	3.341	3.103	-7
Extração Vegetal e Celulose	2.770	3.009	9
Cimento	2.066	2.006	-3
Container	1.647	1.631	-1
Adubos e Fertilizantes	3.357	3.667	9
Carga Geral - Não Containerizada	82	165	102
Total	295.778	300.580	2

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em setembro de 2012, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 57,7 milhões de toneladas, montante 8% inferior ao averiguado em setembro do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%. No acumulado do ano, a movimentação total de exportação e importação foi 3% inferior a observada no mesmo período de 2011.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	set/2012	jan-set/2012	set-2012 / set-2011	Acumulado do ano
Marítimo	55.146	468.217	-6	-3
Fluvial	714	10.122	-57	-23
Aéreo	99	1.039	-26	-9
Ferrovário	50	455	-15	-9
Rodoviário	952	8.045	-8	0
Outros*	712	6.756	-14	-1
Total	57.673	494.636	-8	-3

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em agosto de 2012, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 3,4 bilhões, valor 26% inferior ao valor aportado em agosto do ano anterior. Em 2012, até agosto, o desembolso do BNDES totalizou R\$ 28 bilhões, montante 17% inferior ao observado no mesmo período 2011.

Desembolso mensal BNDES

Setor	ago/2011	jan-ago/2011	ago/2012	Participação %	jan-ago/2012	acum-12/acum-11
	R\$ milhão	R\$ milhão	R\$ milhão		R\$ milhão	%
Refino e Álcool	438	2.542	53	2	4.145	63
Energia Elétrica e Gás Natural	1.087	8.327	1.452	43	8.723	5
Saneamento	62	1.073	46	1	903	-16
Telecomunicações	23	1.031	5	0	827	-20
Transporte	2.945	20.599	1.817	54	13.413	-35
<i>Aéreo</i>	16	371	0	-	26	-93
<i>Aquaviário</i>	262	1.205	466	-	1.445	20
<i>Terrestre</i>	2.667	19.023	1.351	-	11.943	-37
Total Infraestrutura	4.556	33.573	3.373	100	28.011	-17

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2012 foi de, aproximadamente, R\$ 2,2 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 91 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 4% do orçamento total de 2012 ou 2% do PIB de 2011, que totalizou R\$ 4,143 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,7 bilhões, ou 19% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2012, foram empenhados, até o dia 31 de outubro, R\$ 38 bilhões (42% do autorizado). O montante liquidado foi de R\$ 14,3 bilhões e pago foi de R\$ 14 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 35,7 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2012, R\$ 9,5 bilhões foram empenhados (54% do orçamento) até o dia 31 de outubro. Os montantes liquidados e pagos foram de R\$ 2,9 bilhões. Os restos a pagar pagos somam R\$ 5 bilhões.

Cerca de 79% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,9 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,7 bilhões, ou 15%), hidroviário (R\$ 421 milhões) e portuário (apenas R\$ 77 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2012, cerca de R\$ 176 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 5,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 51,5 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2012.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 52% foram pagos até 31 de outubro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 40% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2012, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 47,4 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 37% no Ministério das Cidades (R\$ 17,5 bilhões) e 33% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,5 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 62% do orçamento autorizado, até 31 de outubro. A liquidação foi de R\$ 8,4 bilhões e o pagamento realizado foi de R\$ 8,3 bilhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 18,2 bilhões. Restam R\$ 18,7 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/10/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.003	185	18	38	4	36	4	344	380	463
MAPA	1.817	332	18	76	4	33	2	513	546	423
MCT	1.783	589	33	266	15	210	12	473	683	525
MDIC	0	0	-	16	-	16	-	41	57	40
MME	125	42	33	13	11	13	10	24	37	15
M. Transportes	17.701	9.526	54	2.938	17	2.932	17	5.076	8.008	4.714
M. Comunicações	112	11	10	3	3	3	3	35	38	28
MMA	210	38	18	6	3	6	3	36	42	9
MDA	2.181	265	12	47	2	44	2	498	542	392
M. Defesa	11.583	7.105	61	3.649	32	3.614	31	2.551	6.165	1.123
M. Int. Nacional	7.029	2.821	40	912	13	881	13	1.566	2.447	3.378
M. das Cidades	9.659	3.351	35	673	7	661	7	2.071	2.732	8.396
Outros**	38.067	13.872	36	5.643	15	5.575	15	8.434	14.009	13.052
Total	91.268	38.138	42	14.279	16	14.024	15	21.664	35.687	32.557

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2012 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 31/10/2012*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.700	949	35	340	13	339	13	516	855	1.068
Hidroviário	421	72	17	10	2	10	2	29	39	206
Portuário	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rodoviário	13.892	8.259	59	2.540	18	2.537	18	4.421	6.957	3.189
Outros	612	246	40	47	8	47	8	110	157	250
Total	17.701	9.526	54	2.938	17	2.932	17	5.076	8.008	4.714

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2012

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/10/2012* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	176	(4)	88	83
União	5.869	(543)	1.585	3.742

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 31/10/2012* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.422	(803)	4.988	4.631
União	51.509	(2.614)	20.079	28.815

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/10/2012*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f = d + e)	RP a pagar
Presidência da República	996	665	67	587	59	587	59	220	807	311
M. Planejamento	1.715	0	0	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	1	1	0
MCT	91	1	-	1	-	1	-	12	13	0
M. Fazenda	80	80	100	0	0	0	0	550	550	80
MEC	2.848	1.553	55	715	25	708	25	606	1.313	413
MME	22	20	90	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	341	108	32	48	14	47	14	68	115	115
M. Saúde	2.229	1.452	65	533	24	533	24	750	1.282	2.533
M. Transportes	15.515	9.658	62	2.934	19	2.925	19	5.045	7.970	4.499
M. Cultura	301	292	97	41	14	41	14	13	54	15
MDA	1.289	83	6	0	0	0	0	193	193	2
M. Defesa	1.528	1.386	-	73	-	71	-	165	236	97
M. Integr. Nacional	2.938	1.452	49	375	13	357	12	1.041	1.398	1.406
M. Turismo	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
M. Cidades	17.543	12.762	73	3.092	18	3.079	18	9.569	12.648	9.202
Total	47.433	29.514	62	8.398	18	8.348	18	18.231	26.579	18.672

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 14 de novembro de 2012.